

**Digressão sobre a ‘crise do jornalismo’  
- *Entre definhamento e re-invenção***

**Manuel Pinto**

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade  
Universidade do Minho**

**Texto da Lição de Síntese  
apresentada como requisito das Provas de Agregação  
no ramo de Ciências da Comunicação,  
área de conhecimento de Sociologia da Informação,  
na Universidade do Minho (Braga – Portugal),  
em 4 e 5 de Dezembro de 2008**

O mote da “crise do jornalismo” tem sido glosado particularmente na última década e com particular destaque nos anos recentes. As origens e inspirações de tal tematização são várias, mas todas partilham a seguinte interrogação: será que o jornalismo continua a fazer sentido?

É este assunto que tomarei como motivo e horizonte desta digressão, ciente de que piso um território imenso, diverso, armadilhado e polémico. Consciente, por outro lado, de que o objecto que procuro observar, pelo seu carácter mutante, se me escapa do horizonte, em sucessivos movimentos de avanço, recuo, diluição e metamorfose.

Dou-me conta, de resto, que a academia, depois de várias décadas a revelar relutância em acolher à sua mesa uma matéria tão fugaz, e após outras tantas a estudá-lo e a ensiná-lo, está hoje meio perplexa, a procurar entender o que se passa. Entendo que nos falta uma perspectiva de conjunto, quer no diagnóstico, quer na terapêutica. A perplexidade, se não significar parálise, mas, antes, interrogação e discernimento, pode ser positiva

A “lição de síntese” que faz parte deste conjunto de provas de agregação versa, pois, sobre a decantada “crise do jornalismo”. Ainda que o uso corrente do conceito de crise se reduza a acepções de carga semântica negativa, significando debilitação, decadência ou mesmo colapso, optarei por um outro caminho. Recorrendo ao sentido de crise que lhe davam os gregos e latinos e ao percurso semântico que o termo foi conhecendo no ocidente, podemos definir o conceito como um processo de discernimento acerca de tensões, desequilíbrios e contradições numa dada esfera da vida social, habilitador de um juízo e de uma tomada de decisão<sup>1</sup>. Podemos, assim, e provisoriamente, definir as crises como situações críticas dinâmicas, de grau de intensidade diverso e de desfecho imprevisível. Importa, por conseguinte, considerar a dimensão indecisa, tensional e historicamente situada das crises.

Esclareço desde já o ponto de vista que aqui adopto e que não é um discurso *da crise*, mas *sobre a crise* do jornalismo. Mais do que mapear contornos, parâmetros e indicadores de ameaças, dificuldades, contradições e assédios de que o jornalismo se vê objecto e de que é também agente, nas sociedades ditas desenvolvidas, a minha indagação vai no sentido de argumentar que os tempos actuais não apontam para o definhamento mas para a metamorfose do jornalismo. Fá-lo-ei em três tempos. O

---

<sup>1</sup> Veja-se, para a análise das crises políticas, a proposta definicional de Mendes (2004) <http://www.bocc.ubi.pt/pag/mendes-antonio-subsidios-teoria-crisis-politicas.pdf>

primeiro discute o entendimento que proponho acerca do jornalismo, o ângulo pelo qual procuro abordar um fenómeno tão complexo e multidimensional. O segundo procede ao mapeamento de alguns aspectos marcantes da crise do jornalismo, procurando caracterizá-la nas suas várias facetas, identificar os factores críticos e nucleares e os modos como afectam a prática e a função jornalísticas. Por fim, o terceiro tempo perscruta o futuro, não com a intenção de o adivinhar, e menos ainda de o prescrever, mas de identificar os factores que o podem construir ou comprometer. Nada melhor para o fazer do que procurar ler criticamente os múltiplos e por vezes díspares sinais que nos fornece o tempo presente.

O caminho aqui adoptado procura evitar quer as armadilhas das abordagens “tecnoscatólicas” quer as lógicas auto-justificativas do *establishment* profissional e institucional. Adopta, antes, uma perspectiva deliberadamente interrogativa, analítica e propositiva, com o propósito de contribuir para uma mais aguda e luminosa compreensão dos fenómenos em jogo e para uma intervenção mais fundamentada e esclarecida.

A verdade é que o efeito de surpresa das mudanças e o facto de estarmos, de algum modo, nelas implicados, tornam difícil adquirir uma perspectiva panorâmica e avaliar com o rigor e o distanciamento necessários o que se tem passado. Mas também é certo que, numa fase como esta, mais do que respostas, torna-se imperioso, saber colocar as perguntas mais pertinentes e mais susceptíveis de lançarem alguma luz e alguma ordem sobre um campo tão sensível e tão vergastado pelos “ventos cruzados” gerados dentro e fora dele (Pinto, 2004).

## **I. Conceitos teóricos para pensar as dinâmicas actuais do jornalismo**

O primeiro desafio que enfrenta quem procura estudar as mudanças que vêm ocorrendo no terreno do jornalismo consiste em definir o quadro teórico em que faz assentar esse estudo. No que me diz respeito, entendo que não há um modelo teórico satisfatório que possa, por si só, servir de referência. Assumindo, portanto, o risco do eclectismo, recorrerei a alguns contributos da teoria dos campos sociais elaborada por Pierre Bourdieu, aos debates sobre a teoria da democracia travados nos anos 20 do século passado, entre Walter Lippman e John Dewey e ao conceito de esfera pública proposto e, depois, desenvolvido por Habermas. A razão de ser destas referências prende-se com a concepção de jornalismo com que tenho trabalhado, juntamente com os meus colegas do projecto Mediascópico, no quadro do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Temos, nesse contexto, sublinhado duas dimensões do jornalismo que gostaria aqui de enfatizar:

- o jornalismo como modalidade de discurso sobre a actualidade, evidenciando o facto de ele não produzir e transmitir apenas informação e conhecimento, mas colocar também, de forma mediada, pessoas e instituições em interacção;
- o jornalismo como instituição social e historicamente situada, campo mediador dos restantes campos sociais e expressão e factor de cidadania.

Reportando-nos à teoria dos campos sociais de Bourdieu, diremos, de forma sumária<sup>2</sup>, que o campo jornalístico se inscreve numa esfera mais vasta da produção cultural a qual, por sua vez, e segundo Bourdieu, integra o “campo do poder”, que é aquele que reúne os maiores índices de capital, conjugando, com força diversa, capital económico e cultural. Trespasado pela tensão entre um pólo de produção cultural restrita (dirigida a outros produtores culturais) e um pólo de produção cultural para grandes audiências), o campo jornalístico seria dominado por este último e, por conseguinte, pelo campo económico. Isso permite compreender porque é que Bourdieu (2005) entende que ele se caracteriza por um alto grau de heteronomia (e, correlativamente, por uma muito fraca autonomia)<sup>3</sup>.

Num ensaio de aplicação das propostas de Bourdieu ao campo jornalístico, Sorrentino (2006) representa graficamente a estrutura do campo pela relação entre dois eixos: um já nosso conhecido, apresenta como pólos a autonomia e a heteronomia; o outro possui como pólos extremos a ortodoxia e a heterodoxia (ou heresia). O primeiro diz respeito ao jogo de estratégias e de práticas baseadas em valores intrínsecos ao campo e em interesses e influências de outros campos. Quando se conclui que o jornalismo dito *mainstream* está comandado pelos interesses do mercado<sup>4</sup>, alude-se a um processo heteronómico em que a lógica do campo económico se sobrepõe e impõe ao campo jornalístico, comprometendo, de forma mais ou menos profunda e duradoura, a independência e rigor das suas práticas e produções. O segundo eixo refere-se, por sua vez, à tensão e contraposição “entre as posições reconhecidas e legitimadas e aquelas que pretendem lançar por terra as formas e modos de tais

---

2 Os limites deste ensaio não nos permitem um desenvolvimento da matéria. Para uma sùmula mais elaborada, veja-se Neveu, 2005b., pp. 45-53.

3 Michael Schudson (2005) comenta e analisa esta autonomia relativa contestando, implicitamente, o desejo de Bourdieu de que a autonomia do campo jornalístico, não podendo ser total, fosse, pelo menos dominante. Dada a especificidade da actividade dos jornalistas, Schudson teme que uma autonomia para além do razoável (afinal ninguém ainda consegue responder à questão de saber que grau de autonomia é que seria desejável que existisse) redundasse num enclausuramento e auto-centração do jornalismo, que poderia ser danoso para a sociedade.

Num outro plano, com não poucas incidências na análise empírica da autonomia do campo jornalístico, poder-se-ia colocar o seguinte ponto: visto que grande parte da produção de Bourdieu sobre o campo jornalístico ocorre já num quadro de crescente visibilidade empírica e mediática do fenómeno da Internet e dos novos media, como o integra ele este fenómeno na sua análise dos media jornalísticos. Tantp quanto se sabe, o silêncio sobre a matéria é praticamente total. Benson e Neveu (2005: 8) pretendem explicá-lo com o cepticismo bourdieusiano quanto ao facto de a Internet e a Web significarem “um corte fundamental com o anterior sistema de comunicação”<sup>3</sup>.

4 Como evidenciou, entre muitos outros autores, McManus, em *Market-driven journalism* (1994)

posições, inclusive através da renovação das práticas ou da adopção de práticas novas” (Sorrentino, 2006: 25-26).

Esta grelha analítica reveste-se de chaves pertinentes na análise das contradições e mudanças do jornalismo da última década, quer pelas dinâmicas e pressões externas ao campo quer pela atenção que lança sobre as contra-forças que, no interior do campo jornalístico, se orientam para contrariar e fazer reverter os riscos de perda de autonomia relativa, quer, finalmente, para as dinâmicas de recomposição e metamorfose internas ao campo jornalístico. Veremos, mais adiante, alguns exemplos disso mesmo, no quadro da caracterização e discussão sobre a crise do jornalismo.

Regressando a Bourdieu, diga-se que, para ele, a importância do campo jornalístico e dos jornalistas no mundo social fica fundamentalmente a dever-se “ao facto de deterem um monopólio efectivo sobre os instrumentos de produção e difusão em grande escala da informação e, através de tais instrumentos, sobre o acesso de simples cidadãos e de outros produtores culturais (...) àquilo que se designa por ‘espaço público’” (Bourdieu, 1996: 52), operando uma “formidável censura” (p.54) sobre aquilo que não lhes interessa tratar e deixando todos os campos de produção cultural “submetidos ao constrangimento estrutural do campo jornalístico” (p.64).

Um ponto que, neste contexto, gostaria de introduzir diz respeito ao estatuto atribuído ou reconhecido ao público na sua relação com os media jornalísticos. Para Bourdieu, o espaço social, nas sociedades altamente diferenciadas, surge povoado por campos dotados de autonomia relativa, ainda que com configurações específicas, resultantes de processos e contextos históricos particulares. Mas, por outro lado, uma das constatações empíricas que pode ser feita acerca dos utilizadores dos media e do jornalismo (pelo menos dos generalistas) é o seu carácter maciço, anónimo, socialmente diverso. Na concepção de campo jornalístico de Bourdieu, há em vários momentos, indicações de alguma desqualificação desta massa de cidadãos. O público aparece como uma realidade exterior, passiva, amorfa e manipulável<sup>5</sup>. O que leva a pensar que, na visão do sociólogo, o público não é entendido como um real actor social. É verdade que, enquanto categoria empírica, o público constitui um universo heteróclito, em que se podem presumir posições, atitudes e práticas

---

5 Esta realidade ora surge como “público a atingir” (p.50) ou como “receptor” (p.51). Quando refere a possibilidade abstracta de a televisão enveredar por uma revolução simbólica que alterasse a nossa maneira de ver as coisas e o mundo, Bourdieu conclui pela impossibilidade, na medida em que a televisão se encontra “perfeitamente ajustada às estruturas mentais do público” (p. 52). Mais adiante (p. 54-55), ao aludir à crescente importância da TV no panorama mediático, o autor critica aquilo que designa por “demagogia espontaneísta”, não só deste meio mas cada vez mais também dos outros media, que consiste em conferir um espaço cada vez maior à voz dos cidadãos comuns, através de tribunas livres e sobretudo de programas do tipo dos talks hows (“pedaços de vida, exibição despudorada de experiências vividas, muitas vezes extremas e destinadas a satisfazer o voyeurismo”). Observando (p. 64) que as exigências de natureza moral para neutralizar certas derivações mediático-jornalísticas necessitariam de encontrar pontos de apoio, Bourdieu aleta para o facto de tais exigências poderem advir também do lado do público, “se ele -adverte- fosse mais esclarecido e mais consciente da manipulação de que é objecto”.

diferenciadas. Contudo, e para nos mantermos nos termos de referência do nosso autor, a categoria é transversal aos vários campos sociais. Inclui, por conseguinte, sujeitos que, sendo actores centrais de outros campos, mantêm, pelas respectivas posições nesses campos, relações de grande proximidade e interacção com o campo jornalístico. Nesta linha, a dúvida que logicamente emerge consiste em saber se este entendimento do público como mera instância receptora não será sociologicamente redutor, por um lado, e empobrecedor da compreensão do campo jornalístico, por outro.

Encontramos aqui um velho e indecído debate que atravessa a teoria e a prática política e que é central na análise dos processos de mudança das democracias dos países desenvolvidos: é ele o modo como se valoriza a acção dos cidadãos nos assuntos de interesse público e o papel que os media aí desempenham.

Esta questão entronca na polémica que, nos anos 20 do século passado, contrapôs John Dewey a Walter Lippman, este defensor de uma concepção liberal, individualista e elitista a democracia, e aquele partidário de uma perspectiva mais participativa e democrática. Nomeadamente em *Public Opinion* (1922), Lippman manifesta uma atitude de grande cepticismo quanto a modelos de democracia que tendam a valorizar o papel do público. Em sociedades cada vez mais complexas, as democracias participativas eram para ele quiméricas e inviáveis e os que as defendiam românticos e nostálgicos, dado que os cidadãos comuns são volúveis, têm vistas curtas e interesses estreitos e são facilmente manipuláveis pelos líderes<sup>6</sup>. O governo deveria, por isso assentar numa tecnocracia constituída por políticos assessorados e aconselhados por peritos guiados pela ciência. A imprensa teria, antes de mais, um papel de informação e explicação daquilo que os especialistas e os poderes definiam e executavam em cada momento.

John Dewey, nomeadamente em *The Public and its Problems* (1927), contestou frontalmente esta visão, recusando que a democracia pudesse ser entendida como uma acção apropriada por pseudo-iluminados. Sem negar o recurso aos especialistas, nomeadamente na instrução dos dossiers e no desenho das políticas, entendia que o público não deveria ficar arredado dos processos de decisão, desde que pudessem aceder aos dados mais relevantes dos problemas e das implicações que as soluções possíveis poderiam ter na vida pública e individual. Dois requisitos ou factores decisivos eram, porém, apontados, para a efectivação deste modelo participativo: maiores níveis educativos e um sistema de comunicação social efectivamente livre, que fornecesse aos cidadãos os dados fundamentais para a tomada de decisões. O

---

<sup>6</sup> Lippman, sobre a incompetência dos eleitores para dirigir os assuntos públicos, diz o seguinte: "Chegam a meio do terceiro acto e saem antes do fim da peça, ficando apenas o tempo necessário para decidir quem é o herói e quem é o vilão" (apud Carey, 1997: 23).

próprio acto de participar seria, em si mesmo, educativo e potenciador de competências comunicativas individuais, mas também da comunidade, como, mais tarde, Habermas haveria de enfatizar.

Retrospectivamente, pode dizer-se que Lippman inspirou ou, pelo menos, contribuiu para reforçar o jornalismo informativo, pretensamente objectivo, que se tornou dominante e canónico. Dewey, por sua vez, viria a ser um dos inspiradores de movimentos renovadores, como o trabalho da Comissão Hutchins, preocupada com um jornalismo que fosse efectivamente “livre e responsável”, em 1947; o movimento do jornalismo cívico ou comunitário, surgido nos finais dos anos 80; e, já depois, do ‘*citizen journalism*’, na primeira década do século XXI, como teremos ocasião de ver à frente.

Assim, quando vemos estudiosos e activistas do chamado *citizen journalism* reclamarem um entendimento e uma prática do jornalismo que seja menos uma lição ou alocução e mais uma conversação, importa ter presente que tal proposta tem já algum rasto atrás de si (Jarvis, 2007). Uma significativa corrente teórica no âmbito das Ciências da Comunicação tem chamado a atenção para o facto de o fenómeno comunicativo (refiro-me, naturalmente, à comunicação humana e social) ser muito mais do que um acto ou processo de transmissão de informação ou mensagens, para ser também e inerentemente uma interacção social entre agentes humanos (McQuail, 2003: 13; Alves, 1999). Vem a propósito lembrar, neste contexto, o contributo de James Carey, um dos teorizadores da dimensão da comunicação como ritual e um dos autores que, desde mais cedo, propugnou por um jornalismo entendido como conversação<sup>7</sup>.

Mas este entendimento tem sido objecto de debate e controvérsia. O historiador e sociólogo do jornalismo Michael Schudson, por exemplo, escreveu um texto marcante sobre o assunto, no qual traça toda uma trajectória filosófica, de Cícero à pós-modernidade, que acentua esse ideal de conversação quer como forma de conhecimento quer como forma de convivência social (Schudson, 1997). Mas, reconhecendo a atracção que a ideia lhe suscita, adopta uma posição bastante crítica, por entender que essa conversação não é “espontânea e livre”, como defendia Dewey, e sobretudo não é igualitária, uma vez que “um indivíduo tem de ter ‘capital

---

7 Carey costumava citar Kenneth Burke: “A vida é uma conversa: quando entrámos, já ela está a correr, pelo que nos resta apanhar o fio à meada. E deixamo-la antes que ela acabe” (apud Jarvis, 2007). Para ele o público definia-se como “um grupo de estranhos que se juntam para comentar as notícias do dia” e essa conversação constituída o núcleo central da democracia. Era, pelo menos em parte, um continuador de John Dewey para quem a conversa, nas suas modalidades de debate, discussão e persuasão, constituía também uma dimensão central da democracia. A melhoria da vida pública passaria pela revitalização das condições e dos métodos dessa conversa (1927: 208). Carey entendia – aqui aproximando-se das teses de Bourdieu – que a entrada em cena da televisão comprometeu o papel da imprensa e dos media na alimentação dessa forma de interacção social vital para o espaço público.

cultural' para participar efectivamente na conversação. "O que faz uma conversação democrática – observa – não é a expressão livre, igual e espontânea mas uma igualdade de acesso ao dispositivo da conversação, igualdade de participação no estabelecimento das regras da discussão e um conjunto de regras que visem encorajar as intervenções pertinentes, a escuta atenta, as simplificações apropriadas e amplos direitos de discurso partilhado" (*ibid.*).

Em resposta a Schudson e ao seu texto, Schroll (1998) reconhece que a ideia da conversação é relevante para a democracia, ainda que porventura mais adaptada ao tipo de sociedades como as que Tocqueville descreveu em *A Democracia na América*, nas quais os ritmos e a substância da vida democrática eram mais geríveis. Entende, contudo, que ela não pode ser descartada como dimensão fundamental da vida democrática, pelo que se torna necessário prosseguir o estudo deste assunto. E, no que aos media diz respeito – observa - uma atenção especial deveria ser colocada nas relações entre os utilizadores e produtores de notícias.

Faz sentido convocar neste contexto Jurgen Habermas e a sua proposta de uma "esfera pública aberta", na medida em que esta estimula o jornalismo a abrir-se mais e a escutar todos os assuntos e todos os pontos de vista. E não apenas a acolher e dar espaço, mas também a incentivar o debate, a crítica e a deliberação. A capacidade deliberativa, que o autor alemão considera uma condição para a constituição do público, supõe, nas palavras de Anderson et al., "um espaço para o diálogo público partilhado por todos e acessível a todos (...) no qual os cidadãos escutem as vozes uns dos outros"<sup>8</sup>. Mas, de novo, transparece desta ideia de espaço público uma noção unitária e a-histórica, que presta insuficiente atenção às diferentes situações e à desigualdade de recursos e disparidade de interesses dos actores sociais. Bem vistas as coisas, uma tal concepção, paradoxalmente, é susceptível de reforçar ainda mais as desigualdades no acesso ao espaço público, precisamente por partir de (e pressupor que) os agentes sociais, no processo deliberativo, se encontram em igualdade de circunstâncias.

Do ponto de vista jornalístico, o que está aqui em causa - e que se encontra longe de uma teorização adequada - é o debate em torno do modelo de jornalismo que se tornou hegemónico e que hoje está no centro da crise. Trata-se de um jornalismo que ilustra (e decorre de) um modelo de comunicação assimétrico, transferencial e unidireccional, cujas fragilidades se têm evidenciado com o surgimento de formas de auto-edição e auto-publicação e o desenvolvimento dos novos media colaborativos. A facilitação do acesso à palavra publicada e a inerente multiplicação dos pólos de

---

<sup>8</sup> Apud Haas, 2007: 29.

enunciação no interior do espaço social corporizam uma parte dos factores críticos subjacentes ao quadro de desafios e impasses que o jornalismo vem conhecendo.

## **II. O que esconde e o que mostra a ‘crise do jornalismo’**

As crises podem decorrer de acontecimentos de natureza catastrófica, que abalam as bases e as configurações de uma estrutura ou podem, antes, ser identificadas mais com um processo que se desenvolve paulatinamente, mediante a conjugação de vários factores ou pequenos-grandes acontecimentos. Para o caso do jornalismo, é sobretudo o último cenário o que se aplica.

A hipótese que me proponho examinar aqui é a de que não existe uma mas várias crises do jornalismo, com diferentes tipos de factores e de actores, agindo em lógicas que ora se desenvolvem autonomamente ora se articulam em cenários globais mais vastos. Havendo bases para sustentar este argumento, coloca-se um outro, dele decorrente: havendo mais do que uma crise ou mais do que uma lógica que colocam o jornalismo em estado crítico, é sustentável a ideia de uma ‘crise geral’? Por fim, que dimensões ou sinais é possível descortinar no meio da crise e da sua análise, que prenciem uma eventual definhamento ou, antes, uma metamorfose do jornalismo?

Antes de prosseguir, algumas notas prévias. Em consonância com o que disse atrás, importa sublinhar que, sendo o campo jornalístico tão marcado pelas sus tensões internas bem como pelas interacções com o espaço social concreto em que se desenvolve, as reflexões que fazemos terão de ser consideradas inevitavelmente contextuais. Por outro lado, entendo que o campo jornalístico não é configurado apenas pelos profissionais e pelas instituições jornalísticas, mas, mais abrangentemente, pelas instâncias e dinâmicas que se desenrolam, em particular, ao nível das fontes e dos públicos.

Os discursos sobre as crises do jornalismo podem ser agrupados de acordo com diferentes critérios e, aqui, terei em conta vários deles<sup>9</sup>. Seja a perspectiva em que nos coloquemos, dois eixos críticos e fautores de crise se destacam, quando consideramos a natureza dos problemas habitualmente identificados: o peso da lógica do mercado (e, por conseguinte, do factor económico), por um lado; e o impacto da tecnologia (e, mais recentemente, da Internet e dos novos suportes digitais). Qualquer

---

<sup>9</sup> Por exemplo, de acordo com um critério de proveniência ou fonte, poderíamos considerar os que provêm do interior do grupo profissional dos jornalistas ou de fora dele, nomeadamente de críticos, analistas, académicos e investigadores; quando ao tipo de abordagem, consideraríamos os discursos mediocêntricos (ou mesmo tecnocêntricos) e os sociocêntricos; relativamente à natureza, poderíamos considerar os opinativos (quando não panfletários) e os argumentativos. Neste último apartado, seria de incluir o factor ideológico, dado que em torno do jornalismo se concitam e concentram as visões mais acirradas e antagónicas, tanto dos que, normativamente, o vêem como um espaço de produção cultural de enorme potencial transformador da sociedade, como uma superestrutura ao serviço das elites dos poderosos (ex. Os novos cães de guarda, de Serge Halimi).

um deles repercute de forma saliente no plano das estratégias editoriais, das práticas jornalísticas e, num âmbito mais vasto, no papel do jornalismo na sociedade.

Vem a propósito, por outro lado, recordar que o jornalismo, que já foi considerado “uma invenção anglo-americana” (Chalaby, 1996), é acompanhado pela crise desde o seu nascimento. Para já não remontarmos aos séculos XVI-XVII, da emergência, na Europa, dos *gazzettisti*, *rapportisti* ou *menanti*, bastará recordar, no contexto norteamericano de finais do século XIX, o choque entre o “jornalismo como informação”, de um New York Times, por exemplo, e o “jornalismo de acção” (que age e faz agir, mesmo que recorrendo ao sensacionalismo e encenação mais rudes) do chamado *yellow journalism* (Campbell, 2006: 5-7).

Do ponto de vista económico, o último quartel do século XX e os primeiros anos do séc. XXI ficam marcados por processos de concentração de empresas, à escala nacional e internacional e à formação de grandes oligopólios mediáticos, uns resultantes de empresas e grupos tradicionais, outros resultantes de empresas ligadas à economia digital e aos novos media. Por outro lado, a desregulamentação e liberalização do panorama do audiovisual, designadamente da Europa, originou não só o aparecimento de outros actores e novas experiências no universo televisivo, mas uma concorrência bastante mais acentuada quer local quer globalmente.

As lógicas de rentabilização num quadro de competição à escala global levaram a políticas empresariais e a estratégias relacionadas com a informação e o jornalismo que, em muitos casos, redundaram em desinvestimento nas redacções, o que, por sua vez, acarretou um processo de afastamento de jornalistas seniores, trabalho fixo cada vez mais circunscrito a jornalistas com tarefas de enquadramento e chefia, precarização do trabalho, menos tempo e experiência para verificar a informação, etc (Ruellan, 2005). Ao mesmo tempo, a busca de uma informação mais atraente e mais susceptível de conquistar e ampliar audiências conduziu ao reforço do peso das *softnews* e à valorização do entretenimento como valor noticioso, o que, tudo somado, se foi traduzindo numa crescente tabloidização (já não apenas dos formatos da imprensa, mas do tipo de informação que era apanágio nomeadamente dos tablóides britânicos (Schudson, 2003).

Em geral, o que se foi verificando foi uma tendência geral para o aligeiramento da informação, um maior peso do entretenimento, uma espectacularização e personalização da política, em detrimento do aprofundamento dos assuntos, uma dramatização de *fait-divers* – tudo com o fito de atrair audiências cada vez maiores (cf. Nobre-Correia, 2006)

O factor tecnológico tem tido um contributo fundamental em algumas das transformações verificadas no campo jornalístico e no âmbito do trabalho dos jornalistas. Na verdade, a indução de mudanças desencadeadas pela tecnologia não constitui novidade, se pensarmos no impacto dos media electrónicos e audiovisuais ou nos equipamentos periféricos a eles associados. No que à TV, em especial, diz respeito, importa não esquecer as inovações decorrentes da mundovisão, possibilitada pela rede de satélites geostacionários, que foi sendo construída ao longo dos anos 60 e 70 e que permitiu construir a experiência da participação colectiva em directo e da simultaneidade à escala planetária. Um outro marco, cujo alcance só o tempo se encarregou de evidenciar refere-se à entrada em cena da CNN (Cable News Network), a primeira estação global de televisão especializada em notícias, cujo papel e significado o mundo descobriu aquando da primeira guerra do Golfo, em 1991. A CNN foi apenas o primeiro sinal de um fenómeno que se espalharia a outras zonas do mundo. De facto, a emergência de canais a difundir trabalhos jornalísticos 24 sobre 24 horas significa também a irrupção de uma lógica de fluxo, que caracterizando já os media audiovisuais, se alargava agora ao jornalismo. Não apenas a lógica da edição, com os seus ritmos, as suas *deadlines*, se via abalada, como era, em certo sentido, a própria ideia de jornalismo e de periodismo - pelo menos aquela que a etimologia da palavra sugere - que radicalmente se alterava. Mas produzir notícias numa lógica de *breaking news* e num quadro concorrencial é também alterar as condições de produção noticiosa, com o inerente risco de a velocidade arrastar consigo aligeiramento de processos de verificação e secundarização da investigação e da reportagem.

Foi, porém, com a emergência e rápida difusão da Internet, especialmente com a *World Wide Web*, que as condições do trabalho jornalístico se viram mais alteradas, na última dezena de anos. Considerando o trinómio fontes – jornalistas – públicos, em todos estes âmbitos se registaram mudanças significativas. No novo ambiente digital, as fontes passaram a poder curto-circuitar os intermediários que são os jornalistas para se dirigirem directamente aos seus destinatários. O jornalismo, que já havia sido profundamente marcado pela institucionalização e profissionalização das fontes (através de serviços e competências próprios)<sup>10</sup>, via agora novas ferramentas abrirem novas potencialidades na esfera da publicação. Os jornalistas, por sua vez, começaram a ver o seu tradicional papel de *gatekeepers* questionado e a perderem o monopólio da palavra no espaço público, ao mesmo tempo que viram abrir-se-lhes

---

10 "Os 'acontecimentos' da actualidade são cada vez mais fruto do trabalho metódico de serviços de imprensa, direcções de comunicação e agências de notícias, que actuam por conta de empresas, instituições e associações. Por outras palavras, as equipas de redacção perderam pouco a pouco uma margem substancial de iniciativa e de liberdade na recolha de factos de actualidade e de opiniões sobre ela" (Nobre-Correia, 2006).

novas possibilidades e recursos produtivos e novas modalidades de interacção com os seus públicos. A possibilidade de publicação praticamente em tempo real e em regime de fluxo, aliada ao desenvolvimento do jornalismo multimédia passou a questionar o quadro tradicional de exercício da actividade. Finalmente, os públicos, especialmente com a possibilidade de recurso às ferramentas colaborativas digitais, estimuladoras da participação, puderam romper com um papel de meros consumidores (de audiências), para passarem a ser também produtores de informação<sup>11</sup>.

Para além dos factores críticos induzidos pela lógica mercantil e pelas inovações tecnológicas, convém não perder de vista as dinâmicas internas ao próprio jornalismo, nomeadamente as decorrentes das pressões e tensões (e da consciência crítica) associadas aos valores ético-deontológicos inerentes à cultura profissional (Mesquita, 2004: 53 ss). Neste ponto poder-se-ia mencionar os repetidos casos de derrapagem ética que afectam, volta e meia, não apenas os media jornalísticos de orientação mais tablóide e sensacionalista, mas – e isto é que se torna motivo de atenção – que afecta também os principais órgãos de informação à escala internacional, incluindo alguns daquelas que são considerados as ‘bíblis do jornalismo’, como é o caso dos jornais *The New York Times* e *Le Monde* ou da estação televisiva BBC<sup>12</sup>. Poderia aludir

---

11 As novas ferramentas de auto-edição e de auto-publicação e as plataformas participativas que em redor delas se foram construindo nos últimos anos induzem com frequência à visão das inovações tecnológicas como factores determinantes da mudança. Este determinismo tecnológico está presente em algumas correntes de pensamento elaboradas sobre os media, com particular destaque para a Escola de Toronto, à qual se associa o nome de Marshall MacLuhan. É defensável a ideia de que as tecnologias não são meras ferramentas, neutras do ponto de vista das formas de apropriação social e de significação quanto ao uso quotidiano. Desde logo no que diz respeito à sua acessibilidade e à facilidade do seu uso por não-especialistas. Neste sentido, pode dizer-se, em abono das teses inspiradas em MacLuhan, que as tecnologias fazem as pessoas e o ambiente social. Mas, por outro lado, as mesmas tecnologias surgem em contextos específicos e frequentemente em resposta a necessidades determinadas, espicaçadas por problemas concretos ou apropriadas de determinado modo (nem sempre em convergência com as intenções de quem as concebeu). O que, por seu turno, leva a concluir que os contextos socioculturais também fazem as tecnologias. O exemplo da Web 2.0 é, a este respeito, sintomático e revelador

Particularmente o fenómeno dos weblogs constitui, neste contexto, um exemplo paradigmático, na medida em que, pela simplicidade e acessibilidade desta ferramenta de auto-publicação, rapidamente alcançou, nas sociedades ocidentais, uma expressão quantitativa e qualitativa assinalável.

Com é óbvio, uma grande parte dos blogues não se inscreve no complexo da formação discursiva do jornalismo, dado o seu carácter de diário pessoal e mesmo íntimo, mas uma parte assinalável não apenas passou a tratar, de forma generalista ou especializada, temáticas de actualidade, como muitos deles passaram a ter os media e o jornalismo como campo de informação, análise e escrutínio. O papel destes novos media evidenciou-se sobretudo em torno da cobertura de acontecimentos de grande repercussão internacional, nestes primeiros anos do século XXI, como foi o caso dos atentados terroristas do 11 de Setembro de 2001, o tsunami que afectou vários países asiáticos, os atentados de Londres ou as revoltas de Myanmar. Em muitos destes mega-eventos, a difusão das máquinas digitais, em particular dos telemóveis, facilitou enormemente a produção, carregamento e difusão de fotos, pequenos vídeos e relatos de testemunhas presenciais, sobretudo provenientes de situações às quais os repórteres não conseguiram chegar, dando aos conteúdos produzidos por simples cidadãos uma dimensão vista como complementar ou mesmo concorrente da função jornalística.

Por outro lado, a erupção destes meios de auto-publicação fez emergir, nomeadamente na blogosfera, mas não só, uma retórica em torno da participação dos cidadãos, da informação alternativa e da crítica dos media *mainstream* que, em muitos casos, chegou a vaticinar a inutilidade do jornalismo profissional e, mais tarde ou mais cedo, o seu esvaziamento e eclipse.

12 Recorde-se o escândalo dos plágios e falsificações por parte de um dos repórteres do New York Times, descoberto em Maio de 2003, levando a demissões, à revisão das regras de funcionamento da redacção e à criação da figura do ombudsman. Recorde-se ainda o caso, em Portugal, do pseudo-Arrastão. Ver, para alguns casos destas ‘derrapagens éticas’, o trabalho colectivo que editei com Helena Sousa (Pinto e Sousa, 2007).

também à diluição das fronteiras entre géneros e à já anotada contaminação da informação pelo entretenimento e pelo espectáculo, ligando este fenómeno ao da auto-referencialidade mediática, especialmente televisiva, em que uma boa parte dos conteúdos remete para o universo da própria televisão.

O resultado destas várias tendências aponta para dois pontos que entre si se articulam: a crise de credibilidade do jornalismo e o conseqüente afastamento dos seus públicos, por um lado; e a discussão e disputa em torno do papel de jornalista, por outro.

Quando analisadas numa perspectiva temporal, estas tendências devem ser filiadas e articuladas com outros contextos de mal-estar e crise do jornalismo relativamente ao seu público. Um desses quadros foi o que, nomeadamente nos Estados Unidos da América, tinha estado na origem do 'jornalismo cívico' - já considerado "o mais importante movimento jornalístico norte-americano desde o 'novo jornalismo' da década de 1960" (Traquina e Mesquita, 2003) ou mesmo "a mais impressionante crítica da prática jornalística vinda de dentro do próprio jornalismo no período de uma geração" (Schudson, 1999, *apud* Haas & Steiner, 2006: 239)<sup>13</sup>.

O jornalismo cívico propugnava uma nova definição do que é notícia, a busca de novas fontes de informação, um jornalismo menos colado ao positivismo dos factos e mais preocupado com os problemas ('issues') e novas formas de interacção com os cidadãos. Em muitos casos, a agenda das redacções – pelo menos em termos de grandes linhas editoriais – passou a ser definida com o contributo dos pontos de vista dos membros das comunidades servidas pelos media em causa. Se carecêssemos de

---

13 O movimento do jornalismo cívico (também designado 'público' ou 'comunitário') envolveu mais de 650 projectos ou iniciativas só no período de 1994 a 2002, tendo chegado a atingir ou envolver um quinto dos jornais dos EUA (Friedland & Nichols, 2002).

Embora o registo descritivo das numerosas experiências realizadas no seu âmbito e as leituras de análises e debates sobre ele publicados nos revelem alguma diversidade de posicionamentos, em comum partilha de um conjunto de pontos e assunções que vale a pena apontar. Insurge-se, em primeiro lugar, contra um jornalismo "torre de marfim" (Schaffer, 2001), desligado das preocupações dos cidadãos comuns e responsabilizado, em grande medida, pelo desinteresse com que os cidadãos acompanham a vida política (dado o cinismo e enviesamento com que a cobrem). A questão do exercício da cidadania política e da fraca participação eleitoral começou por ser um mote que esteve na origem do movimento, no final dos anos 80, mas rapidamente alargou o espectro das questões objecto de atenção. Uma outra crítica relativamente ao jornalismo praticado pelos grandes media dizia respeito ao tipo de matérias a que os jornalistas prestavam atenção e ao método utilizado para as tratar: um jornalismo de factos, pretensamente objectivo, mas que, na prática, acaba por privilegiar fontes que amplificam a visibilidade (se não os interesses) dos poderes e dos poderosos. Na interessante expressão de Jan Schaffer, do Pew Centre for Civic Journalism, um jornalismo que cobre edifícios (da autarquia, da esquadra de polícia, do tribunal) em vez de cobrir assuntos e situações que se acobertam por detrás dos eventos que nesses edifícios ocorrem. Finalmente, o jornalismo cívico demarcava-se também, e de forma radical, do modo como o público era assumido e tratado: considerava que o facto de se lhe atribuir um estatuto de meros consumidores daquilo que as redacções entendiam que ele pretendia e de que gostava era uma forma inaceitável de o remeter a um estatuto de passividade e de menoridade. Este foi um ponto muito sublinhado por Jay Rosen (2001), professor de Jornalismo da Universidade de Nova Iorque e, com o jornalista Davis Merrit, um dos grandes inspiradores do movimento do 'public journalism': em contraposição ao tratamento das pessoas como clientes e consumidores, Rosen contrapunha o reconhecimento do seu papel e estatuto de cidadãos: "Tratar as pessoas como cidadãos é perguntar-lhes pelos problemas do seu quotidiano, os assuntos que as preocupam quanto ao futuro e procurar estruturar a cobertura [jornalística] em torno disso" (Rosen *apud* Hume, 2000).

um slogan para marcar o movimento, diríamos que se procurava passar *de um jornalismo feito para os cidadãos para um jornalismo feito com os cidadãos*<sup>14</sup>.

A literatura disponível não é esclarecedora quanto ao modo como a emergência do jornalismo online, a partir da segunda metade dos anos 90, interferiu com o desenvolvimento dos projectos de *civic journalism*. O final da década de 90 marca também o auge das iniciativas neste âmbito (cf. (Friedland & Nichols, 2002), quando o desenvolvimento da Internet e da Web constituíam já um novo pólo de atenções e de investimentos que viria a ter um fortíssimo solavanco no dealbar do novo século – com o desfazer da ‘bolha’ de sonhos e expectativas - mas que não parou, entretanto, de se desenvolver. O ano de 2003 marca o encerramento da estrutura que mais apoiou e financiou o jornalismo cívico (o Pew Center). Nessa altura já fazia sucesso, sobretudo na emergente blogosfera, uma inovadora experiência jornalística, surgida três anos antes na improvável Coreia do Sul, intitulada *OhmyNews*. O seu programa não podia ser mais provocativo e dir-se-ia mesmo revolucionário: “Todo o cidadão é um repórter”. O jornal, em formato digital, com uma edição em coreano e uma outra internacional, em inglês, era feito maioritariamente por internautas voluntários, embora a redacção incluísse também um núcleo reduzido de jornalistas profissionais. O projecto, que nasceu num clima de democratização do país e no contexto de um sistema mediático profundamente desacreditado (Sutton, 2006), tornou-se num ápice o exemplo pioneiro de jornalismo participativo, além do mais com sucesso do ponto de vista económico e inspirando e servindo de bandeira a um movimento nascente designado por jornalismo dos cidadãos (*citizen journalism*).

Ohmynews foi apenas o primeiro e bem sucedido caso de uma corrente de expressão de novos media que surgiram com a Internet, especialmente a partir de 2000-2001 e que começaram a minar as fronteiras do ‘edifício’ do jornalismo profissional. Antes, um outro caso, de repercussão mundial, tinha já lançado o alarme num sentido convergente e igualmente crítico para o jornalismo *mainstream*: nos Estados Unidos, eclodia aquele que ficou conhecido como o caso Lewinski. Foi desencadeado não pela Newsweek, que tinha a informação, mas não arriscou dá-la, mas pelo site de um ‘free lancer’<sup>15</sup>. Quando, em 1998, o relatório do procurador encarregado de coordenar as investigações foi difundido na Internet<sup>16</sup>, jornalistas e cidadãos comuns acederam ao mesmo tempo à mesma informação, criando-se a inédita situação de o trabalho de edição jornalística se fazer sobre um documento cujo conteúdo já era do

---

14 É significativo que um jornal como o diário francês Libération, assumidamente inovador, quando foi lançado, em 1973, tenha divulgado, na altura, um manifesto em que se podia ler: “Libération é você. Libération não é um jornal feito por jornalistas para as pessoas, mas um jornal feito pelas pessoas com a ajuda dos jornalistas” (apud Ruellan, 2007). Operação de sedução do marketing ou mais do que isso?

15 Cf.: [http://www.drudgereportarchives.com/data/2002/01/17/20020117\\_175502\\_ml.htm](http://www.drudgereportarchives.com/data/2002/01/17/20020117_175502_ml.htm)

16 Starr Report.: [http://www.time.com/time/daily/scandal/starr\\_report/files/](http://www.time.com/time/daily/scandal/starr_report/files/)

conhecimento de muitos membros da audiência, não apenas naquele país, mas à escala planetária. Este caso sonante de desintermediação ficou a representar um marco nos novos tempos de questionação do jornalismo, a que os anos subsequentes iriam acrescentar outros:

- Meios amadores de informação alternativa (como o Indymedia ou o blog Salam Pax);
- Sites de informação-nicho, difícil de encontrar em media profissionais;
- Sites de comentário de assuntos de actualidade;
- Sites de escrutínio dos media e de crítica jornalística;
- Sites que conjugam o contributo de jornalistas profissionais, de amadores e peritos (ex. Rue89);
- Espaços em media jornalísticos clássicos disponíveis para os internautas (ex. “Yo soy periodista”, em El País).
- Iniciativas de media jornalísticos em que reportagens são construídas com o contributo de um número (em alguns casos bastante alargado) de cidadãos.

No meio desta variedade de experiências, recortam-se algumas tendências com implicações sérias e eventualmente profundas no campo jornalístico, que mais adiante analisaremos. Em todo o caso, podem desde já enfatizar-se dois aspectos: a) o facto de crescer significativamente a produção discursiva sobre a actualidade, com a entrada em cena de novos protagonistas – Pisani e Piotet (2008) chamam-lhes *webactores*; b) o facto de uma parte desses novos actores reivindicar uma pertença ao campo jornalístico e contestar o monopólio dos detentores tradicionais da produção discursiva desse mesmo campo.

Perante factos novos, alguns dos quais aparentemente revolucionários, não falta quem, discursivamente, tematize e dramatize a “crise do jornalismo” e Ivaticine para este, conforme os olhares e os gostos, ora um fim iminente ora uma transfiguração total. Algures no meio de extremos que possuem tanto de cativante como de inócuo, vai-se ousando enunciar algumas questões críticas. A menor das quais não será, a meu ver, aquela que interroga sobre se a crise que efectivamente existe é espuma passageira ou indicia algo de mais estrutural, se estamos perante alterações nos modelos tradicionais, integráveis, a prazo, nas práticas profissionais, ou antes em face de um mudança paradigmática.

Em leitura retrospectiva, que tem em consideração outros momentos críticos, como foi, por exemplo, a emergência do jornalismo em meio áudio ou audiovisual, diríamos, porém, e até prova em contrário, estarmos perante uma crise de crescimento e de alargamento, caracterizada pela redefinição do profissionalismo e das respectivas fronteiras (Ruellan, 1993; Fidalgo, 2008) num quadro mais vasto de desafio ao padrão

tradicional de relações entre os media e os seus públicos. Contudo, alguns autores observam que não estão apenas em causa dimensões ou práticas desenvolvidas no quadro do modelo dominante, mas que é o próprio modelo que está a ser questionado. Nobre-Correia (2006) vai ao ponto de sugerir estarmos perante “uma crise cada vez mais acentuada da concepção de jornalismo que nasceu ao longo do séc. XIX” e que tal concepção “está a entrar numa espécie de coma irreversível”.

A reflexão feita evidencia diversos eixos e lógicas que confluem na decantada ‘crise do jornalismo’. A esta diversidade de crises corresponderia uma igualmente diversa pluralidade de discursos sobre elas, compreendendo os factores que as desencadeiam e caracterizam e os elementos e pistas que podem contribuir para as superar.

### **III. Pensar a mudança no jornalismo**

Gostaria de centrar-me, nesta terceira parte, na leitura dos sinais do presente, com os olhos postos no futuro. E começo por explicitar o que, de algum modo, está já subentendido: e que decorre da observação do campo, que venho efectuando com os meus colegas há cerca de uma década: não creio que o jornalismo esteja na iminência de desaparecer. Pelo contrário, há, na crise actual, potencialidades que lhe podem abrir um novo horizonte. Mas é difícil afirmar mais do que isto, ponderadas que sejam as oportunidades, ameaças e riscos em presença. Mais profícuo será procurar enunciar com clareza as interrogações mais significativas e identificar factores ou dimensões críticas que funcionam como núcleos das mudanças em curso.

Para os fins desta análise, tomo o jornalismo como uma actividade social relacionada com a enunciação e publicação de matérias relativas a aspectos presumidos de interesse público que se supõe terem relação com o real (vs ficcional) e que é predominantemente realizada por profissionais, em contextos organizacionais específicos, e em interacção multiforme com os respectivos públicos. Este enunciado evita centrar o jornalismo nos profissionais, não deixando, por outro lado, de lhes conferir um lugar de destaque. Reitera uma ideia antiga que é o interesse público do jornalismo, colocando a ênfase na veracidade e no potencial de modificação das crenças ou comportamentos dos cidadãos relativamente a questões públicas ou privadas. Já o ‘requisito’ da dimensão organizacional e a interacção com os públicos exige comentários um pouco mais desenvolvidos.

Partilho da ideia de que as práticas de pesquisa e verificação se encontram no âmago do jornalismo. E entendo igualmente que tais práticas, não sendo mais monopólio de uma profissão ou de um certo tipo de empresas, supõem requisitos e dispositivos dificilmente realizáveis, em situação de rotina, fora de uma redacção e de uma instituição de vocação e com recursos e competências específicos.

Quanto aos públicos, retomo aqui o que observava atrás: com a acessibilidade da Internet e das redes de banda larga e a disponibilidade de ferramentas de auto-edição e de media participativos, cresceram de forma exponencial os conteúdos e as iniciativas através das quais muitos cidadãos se exprimem, tomando o jornalismo como referencial de produção discursiva. Desse ponto de vista, o movimento designado por “jornalismo dos cidadãos”, com todas as suas ambiguidades e contradições, representa um salto significativo relativamente ao jornalismo cívico ou público. Se com este último havíamos transitado de um jornalismo produzido e difundido *para as pessoas* comuns a um jornalismo *com as pessoas*, deparamos agora com um alegado jornalismo *das pessoas comuns*. Não se trata de uma inversão ou de uma substituição, como a realidade empírica nos continua a mostrar em cada dia, ainda que não falte quem pense ou deseje isso mesmo. Trata-se, antes, de um alargamento. Mas, talvez mais do que isso, da manifestação de um desejo multiforme de questionamento do modelo tradicional de jornalismo. Como salientou Ruellan (2007), do jornalismo público ao jornalismo dos cidadãos um limiar foi franqueado, esfumando-se a fronteira entre profissionais e amadores”.

Os anos que vão decorridos do século XXI têm testemunhado o surgimento de um panorama mediático e jornalístico significativamente diferente, com uma paleta de soluções e modalidades que vão das formas mais elementares de participação (através, por exemplo, do comentário dos conteúdos jornalísticos dos profissionais) até à criação de alternativas aos media tradicionais (caso do movimento Indymedia<sup>17</sup>). Embora esta dinâmica de visibilidade, produção e participação tenha surgido com uma forte dose de autonomia, também do lado dos media instituídos se multiplicaram as iniciativas que, tirando partido da digitalização e da Web, apostaram, ainda que com convicções e alcance distintos, numa maior interacção com os seus públicos.

Temos actualmente um quadro caracterizado por impasses, paradoxos, algum experimentalismo e alguma carência de sentido, quanto aos cenários futuros em

---

17 Em 1999, o movimento social que contestou nas ruas de Seattle (EUA) a reunião da Organização Mundial de Comércio que ali teve lugar decidiu criar um movimento de media independentes. A decisão surgiu em resposta ao modo como os media ‘mainstream’ cobriram as manifestações e os confrontos verificados com as forças policiais. Os manifestantes compreenderam o dilema em que se encontravam: a única maneira de conseguir visibilidade nos media seria através do bloqueamento das ruas. Mas com isso conseguiam 60 segundos de notícias, nas quais a conflitualidade e a violência se tornavam o valor-notícia adoptado, deixando completamente na sombra os motivos que levavam à manifestação. Desde então, surgiram iniciativas de indymedia em mais de duas centenas de cidades, um pouco por todo o mundo. Cf.: <http://www.outrageoustimes.org/wordpress/?p=77>.

gestação. É, simultaneamente, um tempo de germinação e criatividade, do qual poderão sair caminhos novos. Destaco os seguintes aspectos:

- i) Reticência e resistência às mudanças por parte de uma parte significativa dos jornalistas, que se traduz numa defesa do cânone tradicional e na desqualificação e ilegitimação da produção de outros actores que disputam a produção discursiva de teor jornalístico<sup>18</sup>;
- ii) Indecisão das empresas quanto às opções estratégicas a tomar, pela dificuldade de antever as coordenadas que assegurem modelos de negócio economicamente viáveis, e aproveitando os conteúdos produzidos pelos cidadãos como via fácil de redução de gastos;
- iii) Maior produção de conteúdos, nomeadamente informação de actualidade, produzida por amadores e voluntários, em boa parte alheia ou despreocupada relativamente a parâmetros que possam qualificar essa actividade produtiva e participativa como jornalística;
- iv) Crescimento significativo do número de pessoas a participar no espaço público, ainda que se desconheça, em boa medida, quem são os que participam, qual o seu peso não apenas numérico, mas também sociológico, não havendo, por outro lado, indicadores de que a participação na vida cívica tenha crescido de forma sustentada em igual proporção (Bardoel & d'Haenens, 2004: 166).

Um ponto crítico deste quadro reside, a meu ver, na contraposição entre os jornalistas, de um lado, e os cidadãos e grupos que produzem conteúdos que afirmam como jornalísticos, por outro. O problema é, antes de mais, de definição de fronteiras, visto que se trata de um problema sentido em vários outros momentos da história da construção desta profissão. Como é evidente, se o problema fosse apenas jurídico, pelo menos nos países em que existe uma norma legal que define quem pode e quem não pode exercer legitimamente jornalismo, a questão estaria facilmente solucionada. Mas a situação é mais complexa. Desde logo porque as formas participativas de jornalismo que se foram desenvolvendo evidenciaram que, em casos específicos ou em situações determinadas, que se repetem e alargam, o contributo dado para o jornalismo foi não só significativo, mas também único e não colmatável pelas redacções de profissionais. Os que sustentam que nada de essencial ou radical se modificou no jornalismo dirão que a produção proveniente de cidadãos é sobretudo opinião e comentário que vive dos media clássicos, que parasita o trabalho dos

---

<sup>18</sup> Em momento anterior (Pinto, 2006), classificámos como “canibalização” ou “demonização” recíproca a relação entre algumas correntes do dito ‘jornalismo dos cidadãos’ e alguns sectores do jornalismo tradicional.

profissionais e que, exceptuando momentos especiais e traumáticos, como atentados, tsunamis ou furacões, comporta um grande deficit de informação<sup>19</sup>.

A tensão instalada exprime-se na contraposição de argumentos de um e outro lado. Para tomar o caso emblemático da blogosfera, ela recebe acusações de falta de qualidade e de referências éticas, falta de acompanhamento sistemático dos assuntos, de auscultação de fontes, de verificação da informação, de recurso a uma variedade de géneros. As críticas feitas aos profissionais do jornalismo apontam a este o enfeudamento aos interesses económicos, o menosprezo do interesse público, a dependência de fontes que condicionam a agenda jornalística, a precariedade do exercício da profissão, o que tornaria a independência jornalística numa farsa<sup>20</sup>.

Como se reconhecerá, esta não é a via capaz de abrir caminho à compreensão do que está em jogo e do que se torna necessário fazer. Será o tempo azado para sair das trincheiras, de um e outro lado? Algumas experiências levadas a cabo nos anos mais recentes, a que sucintamente fazemos a seguir menção, traduzem o empenho em sair deste aparente impasse. De entre elas, destaco as seguintes:

- a) Jornalismo *crowd-sourced* – desenvolvimento de iniciativas jornalísticas de grande reportagem, contando com a participação de cidadãos, em número por vezes elevado<sup>21</sup>;
- b) Jornalismo *pro-am*- caracterizado pela colaboração entre profissionais e amadores, em modalidades e níveis variáveis, mas que envolvem, regra geral, algum tipo de poder consultivo ou mesmo deliberativo acerca das grandes opções editoriais<sup>22</sup>.
- c) ‘Jornalismo cidadão de nicho’ - produções jornalísticas em sites profissionais, talvez a forma mais frequente de os grandes media profissionais incentivarem

---

19 “Que é que nos trouxe [de radicalmente novo] o jornalismo dos cidadãos?” – pergunta Nicholas Lemann, director da conhecida Columbia Journalism School, dos Estados Unidos da América. A resposta não podia ser mais elucidativa: “Nada que se possa equiparar à rica cultura jornalística e que possa competir de forma séria com os velhos média, isto é, que possa ser aceite como alternativa e não como mero complemento” (Lemann, 2006). Por sua vez, o director do diário Le Monde, Eri Fottorino, no seu primeiro editorial no exercício da função, em 13 de Maio de 2007, referiu-se assim a este mesmo fenómeno: “Pseudo-media alimentados por pseudo-jornalistas, que se furtam às regras elementares da profissão: verificar, recortar, pôr de parte as aparências, hierarquizar os factos sem os deformar nem os destacar indevidamente. É assim que prosperam títulos e sites da internet que, quais fracos alquimistas, pretendem tomar os rumores por informação, em nome de um jornalismo dito cidadão ou participativo”. Para uma reflexão em tom análogo, no espaço português, leia-se os dois textos de Eduardo Cintra Torres, no Público de 30 de Outubro e de 1 de Novembro de 2005, intitulados “Cidadãos quê?” (I e II) e na qual sustenta que “a pessoa não se torna jornalista por participar no espaço público.”

20 Cf. Jean-Luc Martin Lagardette, no Agoravox, em comentário a “Le Monde s’en prend au média citoyen !”, de Okan Gernyan, 13.7.2007.

21 No Fórum Mundial de Editores, realizado pela Associação Mundial de Jornais na Cidade do Cabo, África do Sul, em Junho de 2007, Grzegorz Piechota, editor de projectos especiais do jornal polaco Gazeta Wyborcza contou que a sua publicação mobilizou 40 mil leitores em todo o país para recolherem elementos para uma reportagem sobre os cuidados maternos nos hospitais do país. “Os leitores não procuram ser objectivos, não verificam factos e preferem o anonimato; mas, por outro lado, são os melhores peritos no que diz respeito à vida quotidiana”<sup>21</sup>, observa, a este propósito, o editor polaco.

22 Um exemplo: um grupo de jornalistas que abandonou o diário Libération, aquando da crise por que passou em 2006, fundou em França, em Maio de 2007, o projecto Rue89 ([www.rue89.com/](http://www.rue89.com/)) que se distingue por envolver, nos conteúdos jornalísticos produzidos, três tipos de protagonistas: jornalistas profissionais, especialistas de determinados domínios da vida social e amadores.

e valorizarem as produções do seu público, instituindo para ele uma área autónoma, isolada da produção profissional (sintomaticamente com títulos do tipo “eu sou jornalista” ou “eu sou repórter”).

Estes são apenas alguns indicadores de que existe um campo de cooperação de geometria variável entre iniciativas provenientes quer dos media profissionais como de media participativos, como ainda de projectos de iniciativa individual de cidadãos. Aparentemente, poderá passar cada vez mais por aí um filão de projectos potenciadores da renovação do jornalismo.

Há, entretanto, que ser capaz de analisar criticamente o discurso corrente associado ao movimento do *citizen journalism*. Em torno dele têm-se estabelecido registos extremados que de todo não seguimos. Desde logo, não seguimos a linha argumentativa de que Andrew Keen (2007) se tornou expoente, quando considera que a Internet, e de modo particular a Web 2.0, enquanto espaço de todos, em que qualquer um pode mostrar o que vale, mina as instituições de filtragem do que tem valor (sejam elas as redacções jornalísticas, as editoras de música ou de livros ou as produtoras de cinema) e converte-se num meio destruidor da cultura e numa ameaça à sociedade. A verdade – considera - passaria a ser estabelecida pelo consenso dos que intervêm e, por conseguinte, sujeita a jogos e movimentações de grupos ou de interesses (Keen, 2007: 21).

Mas, se não seguimos o argumento de fundo deste autor (que não anda longe do que outros escreveram, em tempos, sobre a imprensa, a televisão e os media em geral (vg. Karl Kraus, Guy Debord, Neil Postman, Karl Popper), não deixamos de tomar das suas reflexões provocatórias pontos que nos parecem relevantes. Nomeadamente o relativismo na produção cultural e o romantismo quanto à visão da sociedade que subjaz a alguns discursos, nomeadamente no campo do jornalismo participativo. De facto, quando se pretende enaltecer o (r)estabelecimento) dos laços das comunidades locais através de iniciativas que incentivam a “participação de todos”, é necessário perguntar que comunidades concretas são essas, quem as constitui, como se tecem os nós e os laços no seu quotidiano, como se exprimem (ou não) a diferenciação social e as relações de poder. Por vezes parecem mais comunidades imaginárias, nostalgias de tempos idos ou utopias de comunidades sonhadas, que, movidas pelo idealismo<sup>23</sup>, menosprezam ou ignoram aspectos básicos como as diferenças de

---

23 “Tu. Sim, tu. Tu controlas a Era da Informação. Bem-vindo ao teu mundo”. Era este o título da primeira página do último número de 2006 da revista Time, quando decidi escolher como figura do ano o utilizador comum da Internet. “Este foi o ano em que as pessoas tomaram o controlo dos meios de comunicação”, “os cidadãos comprometidos de uma nova democracia digital”, afirmava aquela revista. URL: <http://www.time.com/time/magazine/0,9263,7601061225,00.html>

Outro exemplo, este de um nome de referência dos novos media alternativos: “Entrámos numa era em que vibramos com o dinamismo das vozes dos pequenos. Cada cidadão pode tornar-se um repórter, pode dispor dos poderes existentes... A Net dá a mesma voz a um miúdo de 13 anos

capital cultural e simbólico, potencialmente habilitador ou inibidor da participação. Sendo certo que mais pessoas passaram a exprimir-se no espaço público – o que, em si mesmo, é um facto relevante – falta ainda conhecer a natureza dessas novas vozes e, sobretudo, saber quem são os que passaram a participar e a fazer ouvir a sua voz. É que não se pode excluir a possibilidade de irmos a deparar com segmentos já culturalmente favorecidos, com acesso mais facilitado aos media e com recursos de expressão e comunicação. E na verdade, tanto do ponto de vista estatístico como sociológico, são vários os indicadores de que poderão afinal ser minorias aquelas que participam nas plataformas da Web 2.0, nas redes de partilha e nos media clássicos. Por outras palavras, os contextos sociais concretos, com os seus constrangimentos e os seus recursos, a sua trajectória histórica e as suas contradições constituem dimensões imprescindíveis a considerar neste âmbito. O “fosso digital” – nas suas componentes geracional, etária, sócio-económica – é inevitavelmente, uma dimensão a ter em conta. Ora a *doxa* dominante não se cansa de sugerir que “todos” têm acesso à rede; “todos” podem construir um blogue ou um wiki; “todos” conseguem participar numa rede social colaborativa; ... como se a participação constituísse uma categoria alheia ao enraizamento sócio-histórico, uma espécie de automatismo que decorresse da verificação de factores como a vontade e a tecnologia. E, de resto, a participação não representa em si mesma um valor, uma vez que admite como referente uma pluralidade de situações de cariz eventualmente contraditório e supõe uma diversidade de níveis que podem assumir sentidos sociologicamente muito distintos.

Resta a categoria “cidadão”, também ela remetendo para um quadro determinado de participação na vida pública, quando, pelos dados disponíveis, muita da participação do âmbito da Web 2.0 e eventualmente do jornalismo participativo não tem (e não tem de ter) a cidadania e a estreita carga semântica associada ao conceito como referente (Deuze, 2008; Buckingham, 2003<sup>24</sup>).

Do lado das instituições jornalísticas profissionalizadas, os desafios são também enormes. Como judiciosamente observou o director da Escola de Jornalismo de Columbia, em discurso aos jornalistas recém-formados, outrora a aposta consistia em

---

com a mania da informática como a um CEO [Chief Executive Officer] ou a um speaker da Casa dos Representantes” (Matt Drudge, discurso no National Press Club. 1998, URL: <http://www.cjr.org/year/01/1/drudge.asp>)

24 A investigação realizada por Buckingham sugere, relativamente às gerações mais novas, que “longe de estarem desinteressados da política, os jovens revelam uma consciência aguda de – e um compromisso com – questões políticas e sociais, embora não necessariamente nos termos em que os adultos desejariam. Enquanto participantes activos, optam por [se envolver] em campanhas direccionadas para um assunto específico, em vez de se envolverem com os partidos políticos tradicionais. (...) Os mais novos podem estar alienados do processo político – ou mais especificamente, das acções dos políticos - mas isso não significa necessariamente que eles não se preocupam com questões sociais”.

melhorar o velho modelo de jornalismo. Hoje consiste em “criar um modelo novo”<sup>25</sup>. A tarefa não é tanto “passar de um meio de distribuição a outro”, mas inventar “um novo pacto social com uma comunidade em torno da recolha e apresentação da informação”<sup>26</sup>.

O novo modelo envolve uma nova atitude, uma redefinição da função jornalística na sociedade, um novo método, uma nova epistemologia e uma nova ética, sem negar o *acquis* profissional sedimentado ao longo de mais de século e meio:

- i) Uma nova atitude, traduzida na capacidade de escutar, de aprender com os membros do público, de lidar com as suas informações, experiências e pontos de vista (Haas, 2007);
- ii) Novas funções de lançamento de temas, de sistematização, pesquisa e verificação de informação, ‘linkagem’ a matérias de contexto e de alargamento de perspectivas, animação de conversação – aquilo a que Bradshaw (2007) chamou “jornalismo distributivo, que seria, no final de contas, uma extensão do trabalho habitual do jornalista”<sup>27</sup>.
- iii) Um novo método: visto que a informação e o conhecimento estão adistribuídos, produzir e editar informação não é apenas ir às fontes (ou esperar que as fontes abordem os jornalistas) e menos ainda determinar-se pela concorrência, mas alargar o espectro das fontes a todos os que podem procurar e dar informação relevante. É, além disso, ser capaz de criar ou organizar conteúdos que originem conversação, interesse, visitas, links;
- iv) Uma nova epistemologia: “os meus leitores sabem mais do que eu” (Gillmor, 2003). É a inversão do modelo tradicional em que a informação era recolhida e editada nas redacções que a levavam ao público. Agora está disseminada e é mediante o envolvimento de membros do público que, pelo menos em parte, ela é reunida para ser editada e distribuída. Os links sociais (*top-down, bottom-up*, um para muitos, um para um, muitos para muitos) e técnicos são a base não só do relacionamento, mas da produção da informação e do conhecimento. A nova epistemologia supõe pensar arquitectónica e rizomaticamente;
- v) Novas dimensões do desafio ético – Os jornalistas continuam a ter a procura da verdade, do rigor e do serviço ao público como valores de referência para

---

25 Cf. “Dean Nicholas Lemann Commencement”, 21 de Maio de 2008. URL: [http://www.journalism.columbia.edu/cs/ContentServer/jrn/1165270052298/JRN\\_News\\_C/1175375068408](http://www.journalism.columbia.edu/cs/ContentServer/jrn/1165270052298/JRN_News_C/1175375068408)

26 É claramente uma mudança de perspectiva relativamente ao artigo publicado em 2006, na revista The New Yorker (cf Lemann, 2006).

27 cf.: <http://onlinejournalismblog.wordpress.com/2007/10/02/a-model-for-the-21st-century-newsroom-pt2-distributed-journalism/>

um jornalismo de qualidade. Mas como sugere Gillmor<sup>28</sup>, ao mesmo tempo eles necessitam de compreender a nova ética das redes digitais: a ética do link (que diz: ‘não tomes a minha palavra à letra: vai ver por ti próprio’); a ética da permanência [permanence] (que diz que o conhecimento cresce sobre o conhecimento que ocorre via links); a ética da correcção (mais imediata nos novos media) e a ética da transparência (quanto aos conteúdos e quanto aos processos)”.

Estamos, como sugere Ruellan, perante mais um momento ou um caso em que as fronteiras da actividade jornalística entram em ebulição e eventualmente se redefinem. Ao longo da sua história – explica o autor – o jornalismo foi incorporando constantemente “novas actividades, novos segmentos profissionais, pondo em questão fronteiras anteriormente consideradas naturais” e afirmando, desse modo, o carácter “fluido” do respectivo profissionalismo (Ruellan, 1993). Para ele, as relações entre profissionais e amadores constituem uma questão antiga na história do jornalismo, remontando ao século XIX, precisamente à génese do processo que levou os jornalistas da altura ao regime de assalariados e à estruturação do grupo profissional, no contexto da industrialização da imprensa. “A profissionalização construiu o amadorismo”, faz notar Ruellan (2007).

Neste quadro e perante os desenvolvimentos dos últimos anos, Ruellan (2007) esboçou três saídas ou modelos possíveis:

- i) A primeira seria manter-se o jornalismo no fundamental assente no modelo linear e unidireccional que o tem caracterizado, centrado nos jornalistas e em que os cidadãos comuns são predominantemente destinatários.
- ii) A segunda assenta num certo grau de centralidade do profissional do jornalismo: ele teria um papel de *pivot*, dominante, cabendo aos cidadãos comuns o papel de reforço ou de complemento;
- iii) A terceira traduzir-se-ia numa relação entre parceiros (do lado do jornalismo e do lado dos cidadãos), cujas actividades e funções se reforçariam mutuamente.

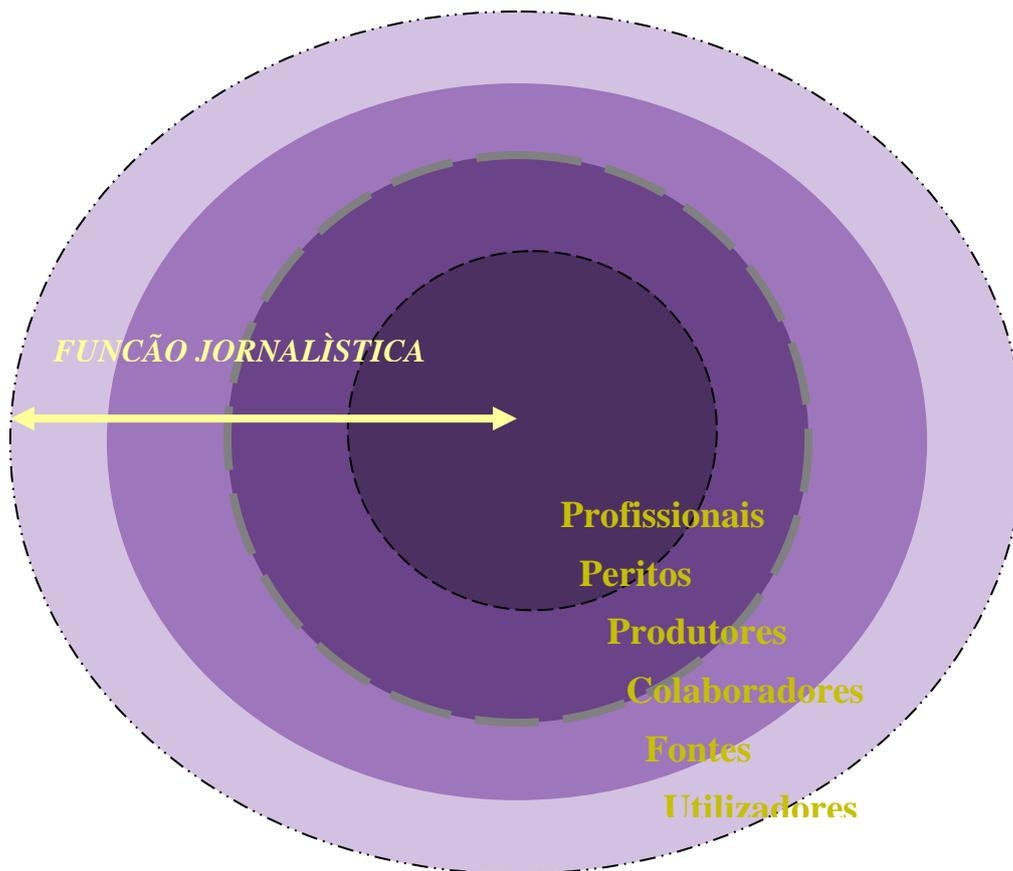
Primeira observação: enquanto modelos, é provável que todos eles possam coexistir no tempo e no espaço, ainda que redefinindo-se os pesos relativos de cada modelo. Segunda observação: a primeira possibilidade não é propriamente uma saída, visto que corresponde, no fundamental, àquilo que já conhecemos. Relativamente às duas

---

28 Cf. D. Gillmor, URL: <http://www.journalism.co.uk/news/story3286.shtml>

restantes, Ruellan mostra claramente uma abertura relativamente à terceira. Considera que a inexperiência e a falta de domínio das técnicas e convenções jornalísticas por parte dos cidadãos comuns podem ser facilmente superadas, parecendo-lhe “plausível a hipótese de que nos estamos a dirigir para uma situação de reforço mútuo entre jornalistas e internautas, um apoio recíproco sobre os recursos do outro” (ibid). Pela minha parte – e esta é a terceira observação – entendo como mais plausível a hipótese de se polarizar no segundo modelo o centro de gravidade da dinâmica de transformações no jornalismo, sem com isso pôr de lado o desenvolvimento de iniciativas e projectos no quadro do terceiro. Penso que não se deve subavaliar o peso de dois factores articulados entre si: o dinamismo e inovação (que surgirá a partir) dos actores tradicionais do campo jornalístico, por um lado, e as vicissitudes dos processos socioculturais inerentes à participação dos cidadãos comuns, por outro. A pluralidade de soluções e de caminhos poderá ser outra característica dos tempos que estão a nascer.

Olhando, em particular, para uma sociedade como a portuguesa, entendo, pois, que os jornalistas e as instituições jornalísticas se mantêm – e, tanto quanto é possível vislumbrar, se manterão - como *pivots* de uma função vital para o espaço social, que se torna ainda mais premente e crucial com o crescimento do volume e o valor diferencial da informação circulante. Mas também me parece que a configuração do jornalismo, tal como tem vindo a desenhar-se desde a última década do século XX já dificilmente pode prescindir dos contributos de outros actores, sejam eles peritos ou cidadãos comuns, no plano da recolha de informação e, mais geralmente, da produção discursiva do jornalismo. Neste sentido, pode dizer-se que o campo jornalístico registou duas alterações de grande impacto, que o alteraram na sua constituição: uma foi a perda do monopólio da publicação por parte dos jornalistas (um aspecto – recordemos – considerado por Bourdieu como identitário); o outro foi a forma de apropriação social e cultural das ferramentas potenciadoras dos novos media participativos e a consequente disputa do protagonismo de uma profissão na produção da actualidade. Os dois factores conjugados permitem-nos avaliar a profundidade e o alcance da mudança em curso, cujos contornos e desfecho ainda imprecisos e indecisos.



É neste quadro que tendo, hoje, a ver o campo jornalístico como uma interacção e um jogo de planos de envolvimento diferencial de distintos actores, cujo centro seria ocupado por aqueles jornalistas que se dedicam à tarefa a tempo inteiro e vinculados a um código de valores partilhados. Graficamente, a proposta, que tive já ocasião de apresentar publicamente (Pinto, 2008), poderia ser visualizada através de uma série de círculos concêntricos, sendo o 'núcleo duro' ocupado pelos profissionais, seguindo-se os peritos, os produtores, os colaboradores, as fontes e outros utilizadores. A função jornalística seria transversal a todos os círculos, ainda que em níveis de envolvimento e responsabilidade diferentes e, digamos, decrescentes, à medida que se caminha do centro para a periferia. Essa função entendo-a como de duplo sentido e interactiva. Os intercâmbios não têm de ter necessariamente os jornalistas como destinadores ou destinatários do processo, o que significa que a partir de um nível se pode interagir com qualquer outro nível. Quer dizer, outrossim, que é possível, neste modelo, existirem processos e iniciativas de produção e publicação que se referenciam ao jornalismo que não envolvem, pelo menos directamente, a intervenção de profissionais.

O modelo traduzido nesta representação gráfica carece de desenvolvimentos e de aprofundamentos em diversas direcções. Sublinho três, que me parecem cruciais: a)

as implicações deste modelo na estruturação das redacções do futuro; b) vertente de negócio e viabilidade económica dos novos projectos, um tópico incontornável no pensar das mudanças do campo jornalístico; c) assunção de dimensões éticas, até agora apanágio dos jornalistas profissionais, por parte de novos actores sociais.

Relativamente a este último aspecto, é para mim evidente que, havendo novos agentes sociais a participar no espaço público e a participar mais directamente no processo de produção discursiva do jornalismo, se torna necessário encontrar instâncias e definir programas, iniciativas e conteúdos orientados para a formação técnica e especialmente ética, e que constitui, nos nossos dias, um eixo da formação para a cidadania.

Desde logo, o problema coloca-se do ponto de vista dos utilizadores, com a diversificação dos 'pólos de enunciação' discursiva, da variedade da informação e das plataformas e modalidades através das quais ela é disponibilizada. Coloca-se igualmente pela difusão da lógica da informação e comunicação em rede, por natureza menos centralizada e mais policêntrica e multicontextual (Qvortrup, 2003). A necessidade de orientação e de sentido, inerente à vida em sociedade, coloca problemas de "segurança ontológica", como observa ainda Giddens (1992: 101 ss), seguindo, neste ponto o psicanalista E. H. Erikson, o que supõe, para serem ultrapassados, competências novas, nos planos da pesquisa, da análise, da verificação, da gestão e da aplicação. Julgo que, no plano da informação de actualidade, os jornalistas carecem de forma notória de sólida formação a este nível, mas ela revela-se necessária não apenas para os jornalistas (e do reforço do seu sistema de pericialidade, mas de todos os cidadãos. Tais competências constituem requisitos básicos da aprendizagem e da socialização numa sociedade de redes, configurando aquilo que, em várias partes do mundo, vêm sendo designado por *literacia mediática* ou *literacia digital*<sup>29</sup>.

É obvio que para se efectivar o desenvolvimento daqueles requisitos se terá de supor o acesso aos equipamentos e às redes, bem como alguma destreza no uso dos equipamentos e dos respectivos programas. Mas seria um equívoco monumental, do ponto de vista político e sociocultural, reduzir a literacia a uma espécie de amestramento que pouco mais seria do que a criação de uma clientela ao serviço do interesse dos grupos de telemática e dos fornecedores de acesso e serviços em rede. Se os níveis básicos de literacia digital podem ajudar os indivíduos a resolver problemas e a satisfazer necessidades do quotidiano, e a fazer escolhas informadas, o âmbito da literacia coloca-se hoje em patamares mais amplos, relacionados

---

<sup>29</sup> Literacia tem sido definida como a capacidade par aceder, analisar, avaliar e comunicar mensagens numa ampla variedade de formas.

nomeadamente com as competências e tarefas de colaboração em redes e media digitais e de comunicação, seja ela mediada ou não. Neste sentido, ela poderá desenvolver capacidades relacionadas com a leitura crítica dos media, do seu papel social e das lógicas (económicas, político-normativas) que as informam. O acompanhamento crítico do jornalismo que se faz e se publica constitui, naturalmente, um terreno privilegiado de atenção, no âmbito da educação para os media, podendo desenvolver-se e aprofundar-se em modalidades mais ou menos formalizadas de *accountability*. Entendo, de resto, que a qualidade global do jornalismo ganha (ou perde) de acordo com a capacidade dos seus utilizadores de o compreender e analisar de forma crítica e esclarecida.

Perez Tornero (2004), reconhecido especialista nesta matéria, considera que a literacia digital envolve, no mínimo, quatro dimensões que se conjugam entre si: operacional ou técnica (relativa à destreza no uso de computadores e tecnologias de comunicação); semiótica (respeitante à capacidade de recorrer a todas as linguagens que convergem no universo multimédia); cultural (com incidência sobre as competências para lidar com o ambiente intelectual exigido pela sociedade da informação); e cívico (um novo repertório de direitos e deveres relativos o novo contexto tecnológico).

Aproveito o ensejo para esclarecer um ponto importante. Quando advogo, como o venho a fazer há anos, que a literacia digital e mediática é hoje uma competência básica na formação cada membro da sociedade não defendo que, no tocante aos media e ao jornalismo se procure constituir uma espécie de “quinto poder”, na esteira em que uma corrente liderada por Ignacio Ramonet o vem fazendo. Não que não partilhe do objectivo cultural de um maior *empowerment* dos cidadãos face aos media. Não, por outro lado, que não ache que os grandes media estão hoje em boa medida submetidos a uma lógica mercantil, em detrimento do interesse público. Não sigo nem advogo esse “quinto poder” por dois motivos fundamentais: porque ele assenta numa contraposição entre media de cidadãos e grandes media, que entendo ser simplista e redutora da complexidade do real; e porque toma os “cidadãos” e a “cidadania” como categorias sociológica e ideologicamente homogéneas e não problematizadas.

### **Notas finais e desafios**

Necessitamos de um jornalismo que alargue os seus horizontes: no tipo de assuntos, nas linguagens e formatos, nos autores e nos processos de circulação e distribuição. Precisamos de um jornalismo que continue a investigar, que faça a verificação sistemática das matérias, que se comprometa com procedimentos pautados por

valores partilhados. A pergunta “que jornalismo se faz” parece ser mais importante do que “quem pode ser jornalista”. Esta poderia ser uma primeira nota conclusiva da reflexão aqui realizada.

Um jornalismo que dê visibilidade ao que tem estado na sombra e que encontre formas atraentes de publicar o que entendemos ser importante; um jornalismo relevante para as pessoas, especialmente para os grupos sociais que o jornalismo tradicional tem deixado à margem, nomeadamente as gerações mais novas; um jornalismo que conjugue os saberes dos diferentes actores do campo jornalístico e esteja disposto a aprender, nomeadamente a aprender a ouvir, a estudar, a questionar preconceitos e posições dadas por adquiridas; um jornalismo, enfim, que cubra “não apenas o ruído das nossas comunidades, mas também os silêncios” que nelas se fazem sentir; e que ligue, contextualiza e dê sentido ao facto singular e desgarrado ([Interactive Journalism](#), Jan Schaffer, Pew Center, 2001).

São vários os riscos que o jornalismo corre. Um deles, talvez o maior, é o do esvaziamento de sentido na sociedade, tornando-se irrelevante ou destituído de interesse para grandes franjas sociais. O aparente afastamento das gerações mais novas dos circuitos mais importantes da informação de actualidade pode ser um indicador nesse sentido.

Um outro risco, para o qual Nobre-Correia chamava não há muito tempo a nossa atenção é a de um jornalismo cindido e esquizofrénico: “viveremos numa sociedade cada vez mais dual, na qual a grande maioria da população, desejosa sobretudo de comunicação, emoção e entretenimento, consumirá de preferência meios de comunicação gratuitos; em contrapartida, uma minoria procurará uma informação de qualidade pela qual terá de pagar e que lhe sairá cara, mas que lhe proporcionará uma maior capacidade de resolução dos problemas da vida, factor que lhe permitirá manter uma posição privilegiada dentro da sociedade” (Nobre-Correia, 2006).

Finalmente, outro risco é o de os jornalistas, com receio de verem abalados os fundamentos e os referenciais básicos da profissão, deixarem que as mudanças (incontornáveis) sejam conduzidas pelos gestores ou pelos profissionais do marketing. Ou seja, que não haja a intervenção do olhar e do critério jornalístico por uma atitude de resistência e de medo.

A colaboração estreita entre investigadores e instituições de pesquisa, por um lado, e os sectores profissionais e empresariais, por outro, parece ser estratégica e reciprocamente vantajosa. A investigação científica pode contribuir de forma relevante para o conhecimento mais rigoroso das iniciativas das redes sociais, dos seus promotores e motivações, dos conteúdos e contextos. Pode ajudar no estudo de

modalidades que possibilitem a novos grupos sociais exprimirem-se no espaço público.

A informação representa não apenas um bem desigualmente distribuído e apropriado: pela importância que adquiriu no quotidiano das pessoas e dos grupos e pelo carácter decisivo que reveste nas mais diversas áreas, ela configura um ecossistema que deveria merecer um cuidado (preventivo e de remediação) porventura não muito diverso daquele que vem recebendo o ecossistema bio-físico-social. Zelar pela qualidade deste decisivo ar que todos respiramos deveria ser uma tarefa de inquestionável alcance cultural e político. No seu seio, o jornalismo representa uma componente fundamental, na medida em que lhe cabe mediar os acontecimentos, os problemas e as decisões. Cabe-lhe também um decisivo papel de significação da vida individual e colectiva, combatendo os riscos inerentes ao ruído, à dificuldade de escuta, ao silêncio de muitos e ao silenciamento de outros. É provável, como entende Ringoot e a sua equipa, que, para conseguir responder a tais desafios, ele se tenha de reinventar. Provavelmente é já isso que está a acontecer, sem que verdadeiramente nos tenhamos já dado conta disso.

## Referências

- Alves, A. (1999) “Ciências da Comunicação, Área Interdisciplinar”. *Comunicação e Sociedade*, nº 1, pp. 5-18
- Anderson, R.; Dardenne, R.; Killenberg, G. M. (1994) *The Conversation of Journalism: Communication, Community, and News*. Westport: Praeger
- Bardoel, J.; d’ Haenens, L. (2004) “Media Meet the Citizen – Beyond Market Mechanisms and Government Regulations”. *European Journal of Communication*, vol. 19 (2), 165-194
- Benson, R.; Neveu, E. (2005) *Bourdieu and the Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press
- Bourdieu, P. (2005) “The Political Field, the Social Science Field, and the Journalistic Field”, in Benson, R.; Neveu, E. (2005) *Bourdieu and the Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press
- Bourdieu, P. (1996) *Sur la Télévision, suivi de L’Emprise du Journalisme*. Paris : Liber
- Bourdieu, P. (2006) *La Lógica de los Campos – Entrevista a Pierre Bourdieu* in Blog do Forum Pierre Bourdieu ([www.pierre-bourdieu.blogspot.com](http://www.pierre-bourdieu.blogspot.com)) de 3 de Julho de 2006.

- Brin, C.; Charron, J.; de Bonville, J. (dir.) (2004) *Nature et Transformation du Journalisme – Théorie et Recherches Empiriques*. Presses universitaires de Laval
- Buckingham, D. (2003) *New Media, New Sites of Learning* (Presentation for 'Media Literacy – Citizenship and Dialogue', Brussels 28.1.03). URL: [www.elearningeuropa.info/extras/pdf/brussels\\_media\\_literacy.pdf](http://www.elearningeuropa.info/extras/pdf/brussels_media_literacy.pdf)
- Campbell, W. J. (2006) *The Year that Defined American Journalism – 1987 and the Clash of Paradigms*. London: Routledge
- Carey, J. (1997) in Mumson, E.S.; Warren, C. A. (eds.) *James Carey: a Critical Reader*. Minneapolis: University of Minnesota Press
- Chalaby, J. (1996) "Journalism as an Anglo-American Invention: A Comparison of the Development of French and Anglo-American Journalism 1830s-1920s". *European Journal of Communication*, vol.11 (3), pp. 303-326.
- Charon, J.-M.; Mercier, A. (2003) "Introduction - Pour en Finir avec 'le Pouvoir des Journalistes'». *Hermès*, n° 35, pp. 23-31
- Charron, J. (2007) *Les mutations paradigmatiques du journalisme*. (Notes pour une communication au Celsa, Paris, le 12 juin 2007 ). URL : [www.surlejournisme.com/wp-content/uploads/2007/06/expose-sur-les-mutations-paradigmatiques.pdf](http://www.surlejournisme.com/wp-content/uploads/2007/06/expose-sur-les-mutations-paradigmatiques.pdf)
- Friedland, L. A; Nichols, S. (2002) *Measuring Civic Journalism: A Report Across a Decade of Activity*. Pew Centre for Civic Journalism
- Deuze, M. (2008) "The Changing Context of News Work: Liquid Journalism and Monitorial Citizenship". *International Journal of Communication*, vol. 2. URL: <http://ijoc.org/ojs/index.php/ijoc/article/view/290/197>
- Dewey, J. (1927) *The Public and its Problems*. New York: Henry Holt
- Dule, J. (2001) *Daily News, Eternal Stories – the Mythological Role of Journalism*. New York: The Guilford Press
- Estienne, Y. (2007) *Le Journalisme après Internet*. Paris : L'Harmattan
- Fidalgo, J.(2008) *O Jornalista em Construção*. Porto: Porto Editora
- Giddens, A. (1992) *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora
- Gillmor, D. (2005) *Nós os Média*. Lisboa: Editorial Presença
- Golding, P. (1994) "Telling Stories: Sociology, Journalism and the Informed Citizen". *European Journal of Communication*, vol.9, pp. 461-484
- Haas, T. (2007) *The Pursuit of Public Journalism: Theory, Practice and Criticism*. London: Routledge
- Haas, T.; Steiner, L. (2006) "Public Journalism: a Reply to Critics", *Journalism*, vol. 7 (2), 238-254

- Hume, E. (1996) "The New Paradigm for News", *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 546, pp. 141-153
- Jarvis, J. (2007) "How do we Teach Conversation". *BuzzMachine*, 5 de Outubro. URL: <http://www.buzzmachine.com/2007/10/05/how-do-we-teach-the-conversation/>
- Keen, A. (2007) *The Cult of the Amateur*. New York – London: Doubleday
- Lemann, N. (2006) "Journalism Without Journalists". *New Yorker*, 7 de Agosto de 2006. URL: [http://www.newyorker.com/fact/content/articles/060807fa\\_fact1](http://www.newyorker.com/fact/content/articles/060807fa_fact1)
- Lippman, W. (1922) *Public Opinion*. URL: <http://www.gutenberg.org/catalog/world/mirror-redirect?file=etext04/pbpgnn10.txt>
- Lopez Garcia, X. (2007) "Ideas para revitalizar o Jornalismo diante do novo cenário da Sociedade da Informação", *OBS\**, vol. 1, No 1 URL: <http://www.obercom.pt/content/mRevista>
- McManus, J. H. (1994) *Market-driven Journalism*. London- Thousand Oakes: Sage
- McQuail, D. (2003) *Media Accountability and Freedom of Publication*. Oxford, NY: Oxford University Press
- McQuail, D. (1997) "Accountability of Media to Society: Principles and Means". *European Journal of Communication*, vol. 12 (4), 511-529
- Mesquita, M. (2003) *O Quarto Equívoco – O Poder dos Media na Sociedade Contemporânea*. Coimbra: Edições MinervaCoimbra
- Neveu, E. (2005a) "Bourdieu, the Frankfurt School and Cultural Studies : On Some Misunderstandings", in Benson, R.; Neveu, E. (2005) *Bourdieu and the Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press
- Neveu, E. (2005b) *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora
- Nobre-Correia, J. M. (2006) "La Crisis del Periodismo.Cierta Muerte Anunciada". *Telos*, nº 66. URL: <http://www.campusred.net/telos/perspectiva.asp>
- Pereira, F. H. (2008) "Crise Profissional e os Mitos no Jornalismo". *Observatório da Imprensa*, 19.2.2008. URL: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=4731MQ005>
- Perez-Tornero, J. M. (2004) *A New Model for Promoting Digital Literacy*. URL: [www.ictliteracy.info/rf.pdf/NewModelDigitalLiteracy2004.pdf](http://www.ictliteracy.info/rf.pdf/NewModelDigitalLiteracy2004.pdf)
- Pinto, M. (2008) *The Professional and the Amateur - Remarks on the Changing Nature of the Journalistic Field*. Comunicação apresentada na conferência da IAMCR – International Association of Media and Communication Research, Universidade de Estocolmo, 20-25 de Julho de 2008).
- Pinto, M. (2004) "Ventos Cruzados sobre o Campo Jornalístico: Percepções de Profissionais sobre as Mudanças em curso", in *Ciências da Comunicação em Congresso na Covilhã: III SOPCOM, VI LUSOCOM e II IBÉRICO : actas dos*

- congressos em Ciências da Comunicação* [CD-ROM]. Covilhã : Universidade da Beira Interior. URL: <http://hdl.handle.net/1822/1210>
- Pinto, M.; Sousa, H. (coords.) (2007) *Casos em que o jornalismo foi notícia*, Porto, Campo das Letras
- Pinto, M.; Santos, L. 2006) “Introdução”. *Comunicação e Sociedade*, nº 9-10, pp. 5-13
- Pinto, M. (2006) *Weblogs, Jornalismo e Cidadania*. Comunicação apresentada no 3º Encontro Nacional de Weblogs. Universidade do Porto, 13-14 de Outubro
- Pisani, F; Piotet, D. (2008) *Comment le Web Change le Monde – L’Alchimie des Multitudes*. Paris: Pearson Education France
- Pritchard, D. (ed.) (2000) *Holding the Media Accountable – Citizens, Ethics and the Law*. Bloomington: Indiana University Press
- Qvortrup, L. (2003) *The Hypercomplex Society*, New York: Peter Lang Publishers
- Ramonet, I. (2003) “Le Cinquième Pouvoir”. *Le Monde Diplomatique*, Outubro. URL : <http://www.monde-diplomatique.fr/2003/10/RAMONET/10395>
- Ringoot, R. ; Ruellan, D. (2007) « Journalism as a Collective and Permanent Invention”. *Brazilian Journalism Review*, vol. 3, nº 2, pp. 67 -76
- Ringoot, R.; Utard, J.-M. (dir.) *Le Journalisme en Invention – Nouvelles Pratiques, Nouveaux Acteurs*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes
- Rosen, J. (2001) *What Are Journalists For?*. Yale University Press
- Ruellan, D. (2007a) “*Flou*: invención y ordinario del periodismo”. *Comunicación y Sociedad*, nº 8, Julho-Dezembro, Universidad de Guadalajara, pp. 113-129
- Ruellan, D. (2007b) *Penser le «Journalisme Citoyen»*. URL : [http://www.marsouin.org/IMG/pdf/Ruellan\\_13-2007.pdf](http://www.marsouin.org/IMG/pdf/Ruellan_13-2007.pdf)
- Ruellan, D. (1993) *Le Professionalisme du Flou – Identité et Savoir-Faire des Journalistes Français*. Grenoble : Presses Univeritaires de Grenoble (reeditado em 2007)
- Schroll, Ch. (1999) “The Place of 'Conversation' in the Omnilogue of Democracy: A Reply to Schudson”. *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 16 (1), pp. 99-106
- Schudson, M. (2005) “Autonomy from What?” in Benson, R.; Neveu, E. (2005) *Bourdieu and the Journalistic Field*. Cambridge: Polity Press
- Schudson, M. (1999) “What Public Journalism Knows about Journalism but Doesn’t Know about the Public”, in Glasser, Th. (ed.) *The Idea of Public Journalism*. New York: Guilford Press, pp. 118-133
- Schudson, M. (1999) “Why Conversation Is not the Soul of Democracy”. *Critical Studies in Mass Communication*, vol. 14 (4), pp. 297-309

- Sorrentino, C. (2006) “L’Ampliamento del Campo Giornalistico” in Sorrentino, C. (dir.) // *Campo Giornalistico : I Nuovi Orizzonti dell’Informazione*. Roma: Carocci Ed.
- Sutton, S. (2006) *The ‘My’ in Ohmynews – A Uses and Gratifications Investigation into the Motivations of Citizen Journalists in South Korea*. University of Leeds. URL: [http://image.ohmynews.com/down/etc/1/316425\\_1%5B1%5D.pdf](http://image.ohmynews.com/down/etc/1/316425_1%5B1%5D.pdf)
- Traquina, N. (2004) *A Tribo Jornalística – Uma Comunidade Transnacional*. Lisboa: Editorial Notícias
- Traquina, N.; Mesquita, M (2003), *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Wolton, D. (2003) “Avant-Propos - Journalistes, une si fragile victoire...”. *Hermès*, nº 35, pp. 9 -21.

*(Nota : os sites referenciados nesta listagem foram todos consultados no período compreendido entre Agosto e Setembro de 2008)*